

ESTUDOS E ANÁLISES DE CONJUNTURA

Nº 24, MARÇO DE 2026

*A representação democrática dos EUA
pelo Polity IV durante as leis de Jim Crow*

CAMILA VIDAL E GIOVANNA PEREIRA



OBSERVATÓRIO POLÍTICO
DOS ESTADOS UNIDOS



INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES
ON THE UNITED STATES

ESTUDOS E ANÁLISES DE CONJUNTURA

OBSERVATÓRIO POLÍTICO DOS ESTADOS UNIDOS
INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARA ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS – INCT-INEU

ISSN 2316-2481

Nº 24, MARÇO DE 2026

**A representação democrática dos EUA
pelo Polity IV durante as leis de Jim Crow**

CAMILA VIDAL E GIOVANNA PEREIRA

A representação democrática dos EUA pelo Polity IV durante as leis de Jim Crow

Por Camila Vidal e Giovanna Pereira¹

A partir da década de 1970, os indicadores globais de desempenho viram uma expansão em sua produção (Merry, 2015). O surgimento de uma ‘cultura de indicadores’ (Merry 2015, p. 9) generalizou o uso de ferramentas quantitativas na formulação de políticas públicas – doméstica e internacionalmente. A crescente demanda por indicadores fomentou uma indústria global de índices e rankings, que são utilizadas para justificar decisões em termos de política externa (Marques, 2022). Maria Uribe (2012), por exemplo, afirma que os indicadores são atraentes para tomadores de decisão porque permitem apresentar estes processos como eficientes, consistentes, transparentes, científicos e imparciais.

Desse modo, há uma grande demanda por parte de governos, agências de desenvolvimento, ministérios, organizações internacionais, bancos internacionais e mesmo da mídia por indicadores resumidos e simplificados. Entretanto, apesar de se declararem neutros, esses indicadores são inevitavelmente políticos, enraizados em concepções específicas do que é ou não um problema, além de representarem as perspectivas e os enquadramentos daqueles que os produzem. Nesse contexto, esses instrumentos de mensuração compõem uma estrutura de conhecimento que serve para legitimar estruturas políticas, econômicas e sociais através de um suposto cientificismo sobre a distribuição de poder e manutenção do *status quo*.

Atualmente, os indicadores se ocupam de uma ampla gama de assuntos, desde a abertura econômica ao desenvolvimento humano, gênero, democracia, corrupção, tudo parece ser passível de quantificação (Cooley e Snyder, 2015; Shore e Wright, 2015). O objeto de estudo dessa pesquisa são os indicadores de democracia. Há diversas formas de definir e medir a democracia, levando a discussões sobre como avaliá-la de forma mais precisa. Nesse contexto, muitos indicadores de democracia foram construídos ao longo dos anos (Högström, 2013). Atualmente, os dois indicadores de democracia mais utilizados são os da Freedom House e o Polity IV (Högström, 2013). Nessa pesquisa, nos debruçaremos nesse segundo.

¹ **Camila Vidal** é professora na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), *U.S. State Department alumna* (SUSI 2025) e pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) e do Instituto de Estudos sobre América Latina (IELA/UFSC). **Giovanna Pereira** foi orientanda da prof^a Camila na UFSC.

O Polity IV (2011), que abrange todos os países independentes com uma população total de 500.000 ou mais pessoas, fornece dados desde 1800 a partir de dois índices agregados: o de democracia e o de autocracia (Högström, 2013). Esses critérios, entretanto, revelam-se bastante questionáveis. Talvez um dos exemplos mais claros do uso político desses indicadores seja justamente durante o período de escravidão nos Estados Unidos. Com milhões de pessoas escravizadas em seu território (Lepore, 2018), o país recebeu 9 dos 10 pontos máximos para medição da 'democracia'. Outro bom exemplo foi durante o período imediatamente posterior ao fim da escravidão: as leis de Jim Crow em estados no sul dos Estados Unidos. Mesmo na impossibilidade de pessoas pretas e de mulheres para votar – considerando, então, a maioria da população; os Estados Unidos receberam 9 pontos em termos de democracia. Assim, nota-se as contradições dessa métrica ao definir 'democracia'. Ademais, evidencia que esses indicadores não são neutros, mas refletem uma concepção muito específica do que é considerado democracia – uma concepção que está alinhada a interesses políticos e materiais de uma classe dominante no país.

Desse modo, considerando que os indicadores estão relacionados ao exercício do poder (Bhuta et al, 2018) e que o mundo é cada vez mais medido e avaliado através de indicadores, torna-se necessário investigar as dimensões políticas desta nova tecnologia. Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo analisar o indicador Polity como uma ferramenta política funcional para a legitimação dos interesses da classe dominante estadunidense ao mesmo tempo em que projeta uma imagem de neutralidade técnica e científica. Assim, indagamos de que forma o indicador de democracia Polity IV serve como ferramenta política para o governo dos Estados Unidos. Entendemos, nesse sentido, que o indicador de democracia Polity é funcional como uma ferramenta política para legitimar instituições segregacionistas nos Estados Unidos, como o Jim Crow, a partir de um caráter 'científico' e 'técnico' para promoção de políticas que beneficiam materialmente uma classe dominante estadunidense.

Dessa forma, a investigação se propõe a alcançar os seguintes objetivos: 1) abordar a teoria gramsciana e sua aplicação aos indicadores globais; 2) realizar um recorrido histórico do uso de indicadores, especialmente os de democracia, pelo governo dos Estados Unidos; 3) investigar a ligação entre o indicador Polity e a CIA; e 4) analisar a representação dos Estados Unidos pela Polity durante o período do Jim Crow. Para isso, serão mobilizadas fontes bibliográficas e documentais que evidenciem historicamente o uso de indicadores por parte do governo dos Estados Unidos e, em específico, uma investigação documental

retirada de fontes como o Fairness and Accuracy in Reporting, The Computational Event Data System e o Center for Systematic Peace. O foco estará nas conexões entre o indicador Polity, desenvolvido pelo Center for Systematic Peace, e o Political Instability Task Force (PITF), financiado pela CIA. Por fim, serão utilizados dados publicados do próprio Polity.

Indicadores globais: uma ferramenta de construção de consenso

Ao longo da história, a política externa dos Estados Unidos tem atuado de forma a reprimir de forma violenta projetos democráticos e progressistas na América Latina utilizando-se do próprio discurso de promoção da democracia para legitimar suas ações (Robinson, 2007). Entretanto, as intervenções militares diretas do país na região, muito comuns especialmente durante a Guerra Fria, são cada vez mais contestadas tanto por suas implicações financeiras quanto políticas e sociais. Dessa forma, o governo dos Estados Unidos redefine parte de sua estratégia de atuação e intervenção no exterior desenvolvendo ‘novas’ estratégias, modalidades e instrumentos de intervenção política ainda sob a bandeira da promoção da democracia, mas que não vincule diretamente o império às ações promovidas (Robinson, 2007; Brum, 2022). Assim, diante dessas ‘novas’ estratégias que seguem visando os próprios interesses de uma classe dominante, surgem novos elementos de análise para compreender a atuação dessa classe na América Latina.

Entre essas modalidades de intervenções mais informais e terceirizadas, nota-se o uso por parte do governo dos Estados Unidos de indicadores de desempenho globais como o Polity, que são utilizados como forma de justificar ‘cientificamente’ as políticas promovidas pelos tomadores de decisão estadunidense. Nesse sentido, o sistema que sustenta a dominação da classe dominante frequentemente opera de maneira sutil e indireta. Para obter consenso, o imperialismo incorpora e utiliza diversas agendas – como as de democracia e desenvolvimento – ou se esconde por trás delas, dificultando sua identificação quando não se apresenta de maneira explícita. Essas agendas passam pelas estratégias de hierarquização de espaços, territórios, povos e nações, evidentes na criação e disseminação de rankings internacionais que avaliam e classificam aspectos como democracia, liberdade, transparência, corrupção, entre outros.

Dessa forma, a Teoria Crítica Neogramsciana contribui para a explicar a complexidade do processo de criação e manutenção de um consentimento e da diversidade de estratégias político-ideológicas promovidas para a manutenção da hegemonia. A hegemonia aqui deve ser entendida como um conjunto

de funções de domínio e direção exercidas por uma classe dominante sobre as classes subalternas utilizando-se de uma combinação de força e consenso (Gramsci, 2007). Assim, o uso dessa perspectiva permite evidenciar o processo de consolidação de um imperialismo informal promovido por Washington na América Latina (Petras, 1997).

A criação de indicadores, nesse sentido, objetiva trazer uma concretude para a realidade social permitindo atuar, intervir e governar mais 'facilmente' (Bhuta et al, 2018). De acordo com Theodore M. Porter (1995), a matemática tem sido tradicionalmente associada ao rigor e à universalidade. Assim, o uso de métodos quantitativos ganha destaque, especialmente em contextos onde decisões políticas enfrentam contestação (Porter, 1995). Apoiar decisões políticas em indicadores amplamente divulgados reduz a margem para críticas, já que, como aponta o autor, quanto menor a confiança no governante, mais atrativa se torna a aparência de 'imparcialidade'. Mesmo quando não estão diretamente vinculados a processos formais de tomada de decisão, os indicadores têm o potencial de reger a conduta individual e coletiva (Erkkilä; Piironen, 2018). Alexander Cooley (2015) observa que eles funcionam como avaliadores, classificando Estados e organizações, ao mesmo tempo que ocultam concepções sociopolíticas subjacentes à sua criação e aplicação (Devis et al, 2012, p. 87).

Os indicadores globais funcionam como ferramentas políticas que promovem consentimento e atuam como aparelhos privados de hegemonia, universalizando comportamentos e expectativas alinhados à ordem social dominante (Cox, 1981). Embora aparentem ser imparciais, eles reforçam ideias que sustentam o status quo. Nesse sentido, a medição não é neutra, mas atende a interesses políticos específicos, legitimando concepções de mundo e fortalecendo paradigmas ideológicos dominantes, conforme a noção de hegemonia de Gramsci.

Diego Giannone (2014) argumenta que a medição não é apenas uma atividade técnica, mas também um ato político e ideológico que desempenha um papel central na legitimação de uma visão específica de mundo. Esses instrumentos são moldados por um paradigma político e ideológico dominante, ao mesmo tempo que ajudam a fortalecer sua hegemonia. Sua difusão não ocorre apenas por sua alegada precisão científica, mas por atenderem a demandas ideológicas e políticas, funcionando como ferramentas que validam e sustentam o modelo hegemônico enquanto marginaliza outras alternativas. Dessa forma, a medição se torna um instrumento de poder, definindo os parâmetros pelos quais a realidade é interpretada e consolidando valores e visões de mundo que aspiram à hegemonia (Giannone, 2014).

Partindo das contribuições teóricas de Gramsci, argumenta-se que a medição de democracia do indicador Polity não é apenas um processo técnico ou científico. A escolha do que medir, como medir e como interpretar os resultados é profundamente política. Cada etapa desse processo envolve julgamentos que não apenas traduzem a realidade, mas também a constroem de acordo com interesses específicos, aqui detidamente, da classe econômica dominante estadunidense. Assim, entende-se aqui que a medição é uma ferramenta poderosa na consolidação de hegemonias e na legitimação de práticas e estruturas sociais que perpetuam o domínio de um paradigma político.

Indicadores na política externa dos Estados Unidos: Uma perspectiva histórica

Os Estados Unidos são o usuário mais proeminente de indicadores globais de desempenho como ferramenta para justificar suas decisões de política externa. Instituições como a Millennium Challenge Corporation (MCC), da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o National Endowment for Democracy (NED) integram esses indicadores em suas estratégias para direcionar a alocação de assistência internacional. Esses indicadores, frequentemente produzidos por organizações como a Freedom House, Heritage Foundation, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), servem para avaliar critérios como governança, transparência, democracia e abertura de mercado. Com base nessas métricas, os Estados Unidos determinam ou justificam quais países serão beneficiados com financiamentos ou programas de assistência, reforçando, por meio desses instrumentos, narrativas que legitimam suas ações no cenário internacional e promovem a visão hegemônica de governança alinhada aos seus interesses. Assim, as implicações dessas classificações afetaram significativamente os países que dependem de financiamento externo para o desenvolvimento, pois os doadores e agências internacionais como a United States Agency for International Development (USAID) e a Millennium Challenge Corporation (MCC) utilizam esses dados para orientar suas decisões de alocação financeira (Schueth, 2015).

A USAID, por exemplo, financiou o projeto Georgia Business Climate Reform (GBCR) para atrair investimentos estrangeiros para a Geórgia. Esse projeto tinha como finalidade implementar reformas no governo georgiano alinhando-se aos objetivos do Banco Mundial de transformar países em desenvolvimento em mercados emergentes. O GBCR atuou juntamente com o governo da Geórgia para melhorar sua classificação no indicador Doing Business do Banco Mundial por meio de reformas de alto impacto para atrair investimentos estrangeiros para o

país (Schueth, 2015). Entre as principais reformas estão a demissão de cerca de 50 mil funcionários do setor público em 2004, visando criar um estado neoliberal. Além disso, também houve redução no número de licenças e permissões necessários para operar negócios no país, saindo de 900 para apenas 160, eliminação de inspeções como regimes de inspeção sanitária e de saúde (Schueth, 2015). Ademais, houve uma forte política de privatizações. De acordo com Kakha Bendukidze, Ministro de Estado para Coordenação de Reformas (apud Schueth, 2015), a Georgia iria vender “tudo o que pode ser vendido, exceto sua consciência”. Também houve alteração de leis visando proteger acionistas minoritários e uma simplificação no registro de propriedade – o país passou a exigir apenas um procedimento: o pagamento de uma taxa padrão em qualquer agência bancária (Schueth, 2015).

Esta não teria sido a única vez que a USAID recorreu a indicadores para pautar sua atuação. Na verdade, esta seria uma prática recorrente que pode ser observada no relatório *Performance and Accountability Report* de 2002 que afirma que o uso de indicadores mostra o compromisso dos Estados Unidos em financiar assistência ao desenvolvimento com base em metas claras e parâmetros concretos (USAID, 2002). Desse modo, a agência utiliza ‘indicadores de contexto’ para legitimar sua alocação de recursos e estratégias de atuação. No que se refere à democracia, o principal indicador de contexto utilizado é o *Freedom in the World*, da Freedom House. Nesse contexto, as notas dadas pela Freedom House à Venezuela durante o governo de Hugo Chávez foram mobilizadas pela agência para justificar e legitimar a sua atuação para desestabilização do presidente venezuelano eleito (Pereira, 2024).

Além disso, outra agência governamental estadunidense – o National Endowment for Democracy (NED); estrutura estrategicamente seus programas de concessão de recursos para organizações da sociedade civil com base na classificação anual da Freedom House. Em seu *Strategy Document* (2002), afirma priorizar sua atuação em países com barreiras para a democracia. Ironicamente, no entanto, os relatórios da Freedom House usados pela organização para justificar ingerências, são financiados pelo próprio NED. A Freedom House inclusive reconhece, no relatório ‘Defending Latin American Human Rights and Democracy Activists’, o apoio financeiro do NED para a instituição (Pereira, 2024). Assim, utilizando essa legitimidade, o NED financiou partidos políticos, sindicatos, movimentos dissidentes e meios de comunicação, totalizando mais de 20 milhões de dólares à oposição ao governo Chávez (Golinger, 2005).

Já a Millennium Challenge Corporation é outra agência criada formalmente para financiar o desenvolvimento de países de Terceiro Mundo e combater a pobreza. Essa agência, em especial, adota indicadores globais de desempenho de forma central na sua atuação. A MCC utiliza um conjunto de 17 indicadores globais, agrupados em categorias como "governar com justiça", "investir nas pessoas" e "incentivar a liberdade econômica", para avaliar o desempenho dos países e determinar sua elegibilidade para financiamento. Esses indicadores, produzidos por organizações como a Freedom House, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), legitimam intervenções e promovem políticas alinhadas aos interesses da classe dominante dos EUA, condicionando o acesso ao financiamento à adoção de reformas políticas e institucionais nos países. Essa estratégia é conhecida como "efeito MCC" (MCC, 2024).

Na América Latina, a MCC firmou acordos de financiamento, chamados *Compacts*, com países como El Salvador, Honduras e Nicarágua, enfatizando projetos de infraestrutura, desenvolvimento rural e fortalecimento do ambiente de negócios (MCC, 2024). Esses acordos ilustram como os critérios de elegibilidade da MCC moldam as reformas políticas e econômicas da região, sempre alinhadas aos valores neoliberais. Nesse processo os indicadores são sempre mobilizados como ferramenta que proporciona um grau de cientificidade e neutralidade para a escolha dos países que recebem os financiamentos e para as reformas propostas por esses acordos.

Dessa forma, os indicadores globais de desempenho possuem um papel central na política externa dos Estados Unidos, funcionando como instrumentos de legitimação para a alocação de recursos e intervenções em países estratégicos. A relação entre organizações como USAID, NED e MCC com produtores de indicadores, como a Freedom House e o Banco Mundial; evidencia como essas métricas são mobilizadas para promover reformas alinhadas aos interesses estadunidenses sob o discurso de governança e desenvolvimento. No entanto, a produção desses indicadores não é um processo neutro e técnico, mas sim um reflexo das agendas políticas e econômicas daqueles que os produzem e financiam. Esse ponto torna-se ainda mais evidente ao analisarmos a relação entre o Polity IV e a CIA na construção de indicadores de democracia. A partir dessa conexão, é possível observar como esses dados, apresentados como análises imparciais da realidade, podem estar profundamente imbricados em estratégias de manutenção hegemônica de uma classe dominante estadunidense.

Por trás dos números: a ligação entre o Polity IV e a CIA na produção de Indicadores de democracia

O Center for Systemic Peace (CSP) foi fundado em 1997 com o objetivo de apoiar pesquisas científicas e análises quantitativas sobre questões de violência nas relações humanas e nos processos de desenvolvimento sistêmico-social (Center for Systemic Peace, 2014a). Assim, o Centro monitora o comportamento político em países com população atual superior a 500.000 habitantes e produz relatórios sobre questões relacionadas à violência política. De acordo com o CSP, o trabalho de registrar e relatar é feito de forma “aberta e live”² (Center for Systemic Peace, 2014a, s/p, tradução nossa), pois acreditam “na crença sincera de que o garantidor da boa governança é um público ativo e informado”³ (Center for Systemic Peace, 2014a, s/p). Desde 2010, o CSP é formalmente registrado como uma organização sem fins lucrativos e recebe isenção de impostos do Serviço de Receita Federal dos Estados Unidos como uma instituição de caridade pública; qualificado, assim, para receber legados, doações, transferências ou presentes (Center for Systemic Peace, 2014a).

O Center for Systemic Peace é responsável pela publicação dos indicadores e relatórios da Polity. O projeto Polity foi concebido sob a liderança de Ted Robert Gurr⁴, com contribuições fundamentais de Harry Eckstein⁵ (1975) para a criação do Polity I. Ao longo dos anos, esse indicador tornou-se amplamente utilizado por pesquisadores e pela mídia no monitoramento de mudanças de regime e na análise da autoridade política (Marshall, Gurr e Jagers, 2017).

O Polity foi desenvolvido durante a Guerra Fria e o período de descolonização. Nesse contexto de competição entre blocos ideológicos, as democracias do “bloco ocidental” eram vistas como modelos ideais (Marshall, 2011). Após a pós-Guerra Fria, cerca de 75% dos países no banco de dados Polity desde 1946 até o presente foram reexaminados e recodificados (Marshall, 2011). Assim, o projeto Polity passou por três fases de pesquisa lideradas por Ted Gurr, com a fase Polity III atualizando dados até 1992 e, posteriormente, até 1998, na versão Polity98. Os Estados

² Texto original: “openly and freely”.

³ Texto original: “sincere belief that the guarantor of good governance is an active, informed public”.

⁴ Cientista político que se dedicou aos estudos de conflitos e instabilidade. Professor emérito da Universidade de Maryland, colaborou com o centro de pesquisa START da mesma universidade e fundou o projeto *Minorities at Risk*, que monitora conflitos de grupos políticos ativos. Entre 1994 e 2017, foi consultor sênior da Political Instability Task Force, iniciativa da Casa Branca, e coordenou a Genocide Prevention Advisory Network. Lecionou em Princeton, Northwestern e Colorado.

⁵ Cientista político estadunidense e professor na Universidade da Califórnia. Se especializou em política comparada e cultura política, pesquisando sobre relações de autoridade. Publicou trabalhos sobre Reino Unido, Noruega e Rússia pós-soviética. Refugiado do Holocausto, serviu na infantaria dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Lecionou em Harvard e Princeton (California Digital Library, 1999).

Unidos, entretanto, como veremos mais adiante, sempre foram classificados como uma democracia. O Polity IV – apresenta dados para 161 países desde 1800 – representa a geração mais recente da série de dados Polity (Marshall et al, 2002).

Apesar de afirmar que as opiniões expressas nos relatórios da Polity não representam as opiniões do governo dos Estados Unidos, a pesquisa descrita no Projeto Polity IV foi patrocinada pela Political Instability Task Force (PITF), financiado pela Agência Central de Inteligência (Center for Systemic Peace, 2014b). A PITF, anteriormente conhecida como State Failure Task Force, foi um projeto de pesquisa patrocinado pelo governo dos Estados Unidos para criar um banco de dados sobre os principais conflitos políticos internos que levaram ao fracasso do Estado. Esses dados sobre mudanças de regime, guerras étnicas, guerras revolucionárias e genocídio estão agora hospedados pelo INSCR no Center for Systemic Peace (Policy Commons, 2025). Segundo o próprio site da organização (Center for Systemic Peace, 2021, s/p, tradução nossa):

“... com o apoio da Political Instability Task Force (PITF), o Projeto Polity IV foi transformado em um esforço de coleta de dados vivo, o que significa que ele monitora constantemente as mudanças de regime em todos os principais países e fornece avaliações anuais das características de autoridade do regime, mudanças e atualizações de dados”.⁶

De acordo Philip Schrodtt e Jay Ulfelder (2016) no documento Political Instability Task Force Atrocities Event Data Collection Codebook, o objetivo prático deste projeto era criar um conjunto de dados capaz de servir com uma amostra sistemática das atrocidades ocorridas em todo o mundo. Os dados serviriam para o desenvolvimento de modelos estatísticos de previsão a fim de identificar países vulneráveis à ocorrência dessas atrocidades ou sua escalada, além de criar um registro descritivo que possa ser usado por pesquisadores. Entretanto, ainda segundo o documento, muitas vezes havia uma exclusão de incidentes envolvendo os Estados Unidos devido a limitações legais da CIA que financiou essa coleta de dados. O PITF alegava que essa limitação se dava devido ao Church Committee que limitava a capacidade da CIA de monitorar e analisar o comportamento dos cidadãos dos Estados Unidos. Formalmente o centro afirma que a PITF encerrou seu apoio ao Polity no início

⁶ Texto original: “With the support of the Political Instability Task Force (PITF), the Polity IV Project was transformed into a living data collection effort, meaning that it constantly monitors regime changes in all major countries and provides annual assessments of regime authority characteristics, changes and data updates”.

de 2020 (Center for Systemic Peace, 2021). O diretor do projeto Polity, Monty G. Marshall, também ocupa o cargo de diretor do PITF desde agosto de 1998 (Marshall, 2024a e 2014b). Dessa forma, nota-se que, apesar de se apresentar formalmente como uma instituição não governamental, independente e que produz indicadores supostamente técnicos e neutros; o projeto Polity possui uma ligação forte com o governo dos Estados Unidos, em especial com a CIA.

Nesse sentido, contra as alegações de que os indicadores são descrições neutras e técnicas do mundo, argumenta-se que os indicadores globais de desempenho reproduzem e difundem os interesses e valores daqueles que os produzem e os financiam e são funcionais para a legitimação e universalização desses interesses. Tal afirmação fica evidente quando se nota a representação do Estados Unidos pelo Polity durante o período em que estava em vigor as Leis Jim Crow que formalizava a segregação racial no país, política que beneficiava materialmente a classe dominante – branca – estadunidense naquele momento.

Polity IV: uma análise (a)crítica da democracia nos EUA

Desde os primórdios, os Estados Unidos atraíram pessoas de diferentes partes do mundo, independentemente de origem, raça ou religião. Mesmo tendo que enfrentar jornadas marítimas extremamente perigosas e precárias, muitos imigrantes foram ao país em busca de melhores condições de vida, tentando escapar da fome, pobreza ou perseguições religiosas. Assim, esses imigrantes chegaram ao país movidos pela promessa de terras férteis, trabalho abundante e liberdade de expressão e crença (Huberman, 1970).

Essas ondas migratórias cresceram e acompanharam as transformações econômicas e sociais dos Estados Unidos. Assim, se antes imigrantes iam ao país em busca de terras para cultivar, à medida que o país se industrializou, passaram a ser recrutados para fábricas, minas e grandes obras de infraestrutura. Desse modo, a ida aos Estados Unidos se tornava sinônimo de progresso, oportunidades, liberdade e esperança para milhões (Huberman, 1970). Essas 'maravilhas' dos Estados Unidos eram contadas em livros, panfletos, jornais, fotos, pôsteres com o intuito de atrair mais pessoas (Huberman, 1970). Entretanto, a realidade era outra, o destino dos primeiros colonos quando chegaram foi água impura, comida insuficiente e estragada, calor, frio, massacre da população nativa (Huberman, 1970).

Entretanto, as privações sofridas pelos brancos na travessia marítima ainda não se aproximavam da realidade ainda mais cruel dos negros levados aos Estados Unidos para ser escravizados. Os escravizados ficavam fechados sob escotilhas

gradeadas, o espaço era tão baixo e apertado que não podiam deitar ou mudar de posição (Huberman, 1970). A chegada forçada de africanos escravizados e trabalhadores vinculados a contratos de servidão refletiu o lado mais sombrio desse movimento populacional, marcado por sofrimento e exploração. A escravidão não se tratava apenas de um sistema de trabalho forçado, mas também de uma forma de poder político e um elemento central na construção da identidade estadunidense.

O tráfico de escravos, um negócio lucrativo e brutal, desempenhou papel central na economia colonial e pós-colonial. Milhões de africanos foram transportados em navios negreiros em condições desumanas, resultando na morte de muitos durante a travessia devido a doenças, fome e violência. Entre 1500 e 1800, cerca de 12 milhões de africanos foram trazidos à força para as Américas, com europeus, como portugueses, espanhóis e ingleses, envolvidos nesse comércio (Lepore, 2018). O trabalho forçado era central para a economia estadunidense, especialmente nas plantações de tabaco, arroz e algodão, onde os escravizados enfrentavam jornadas exaustivas e condições degradantes. Além das plantações, os escravizados construíam cidades, portos e estradas, e trabalhavam em residências particulares, enquanto as mulheres enfrentavam exploração sexual e abuso reprodutivo. A violência física e psicológica era constante, com castigos corporais, separação de famílias e a ameaça de venda. Muitos escravizados morriam devido a doenças, exaustão e violência, ou tiravam a própria vida em busca de um fim para o sofrimento (Lepore, 2018).

Após a Revolução Americana de 1776, a escravidão na ex-colônia inglesa persistiu. De fato, para Gerald Horne (2014), a independência dos Estados Unidos seria uma contrarrevolução para manter a escravidão no território das Treze Colônias tendo em vista que a escravidão vinha sendo abolida nas colônias da Inglaterra. Assim, enquanto os Estados Unidos estabeleciam suas bases como um experimento de 'liberdade' e 'democracia, também promoviam e lucravam com o sequestro, o tráfico humano, a escravidão e a desumanização do povo africano (Lepore, 2018).

Nas Treze Colônia, o Norte, cada vez mais industrializado, apesar de ter sido condescendente com a escravização que acontecia no Sul, se opunha à escravidão. Enquanto isso, o Sul, que dependia da mão de obra escrava para sustentar sua economia agrícola, defendia a expansão dessa instituição para novos territórios, pois o controle da mão de obra escrava como essencial para sua economia (Huberman, 1970; Lepore, 2018). Nesse contexto, em 1857, o então escravizado Dred Scott entrou na justiça pedindo sua liberdade na Suprema Corte dos EUA. O chefe de Justiça Roger B. Taney negou o pedido alegando que

como os escravizados não eram cidadãos, ele não poderia mover uma ação nos tribunais federais. A decisão intensificou as divisões políticas nos EUA e contribuiu para a eclosão da Guerra Civil (National Archives, 2025) Em contraste com essa realidade, a nota dos Estados Unidos no indicador Polity era 8⁷ sugerindo que o país possuía regime político democrático.

A Guerra Civil, travada entre 1861 e 1865, foi o resultado direto dessas divisões. Durante o conflito, a Proclamação de Emancipação, emitida por Abraham Lincoln, libertou os escravos nos estados confederados e a Décima Terceira Emenda à Constituição, aprovada em 1865, aboliu a escravidão em todo o país. Um editorial do *The Cincinnati Enquirer* dizia “A escravidão está morta. [...] O negro não está; aí está o nosso infortúnio” (Kendi, 2016 apud Equal Justice Initiative, 2014, tradução nossa)⁸. Se, por um lado a escravidão havia terminado; por outro, a segregação tinha apenas começado.

Após a aprovação da Décima Terceira Emenda, começaram os ataques à população negra por reivindicar seus direitos e liberdade. Assim, a resposta organizada e violenta dos supremacistas nasceu em 1865 em Pulaski, Tennessee, quando seis veteranos confederados formaram a primeira seção da Ku Klux Klan (KKK) (Trelease, 1995). A organização se envolveu em uma campanha de terror e extrema violência, assassinando negros e brancos que apoiavam os direitos civis da população afro-americana. Em 1867, a Klan cometeu 197 assassinatos e 548 lesões corporais de natureza grave – apenas na Carolina do Norte e do Sul (Du Bois, 1935). Apesar disso, nesse período a nota dos Estados Unidos no indicador Polity consta como 8.

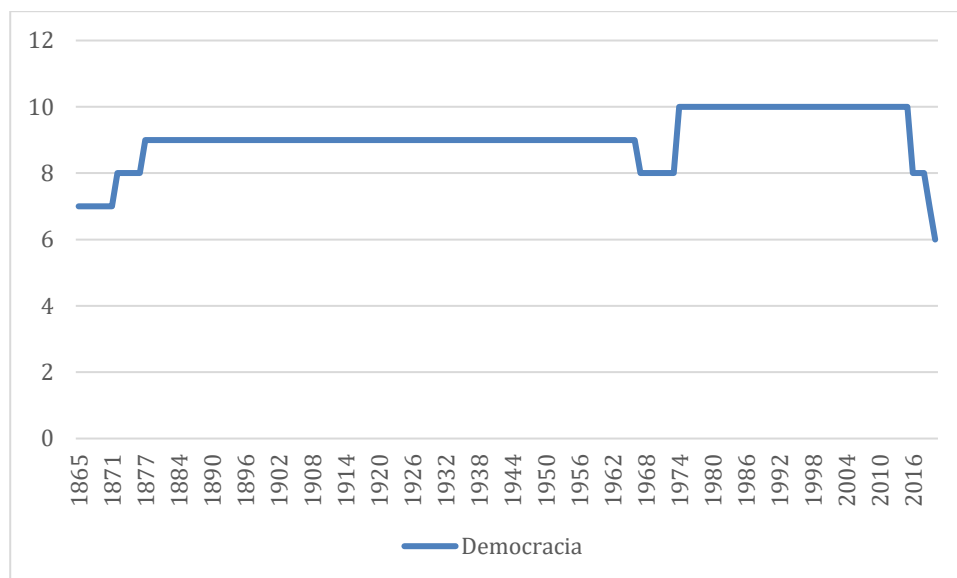
Após a Reconstrução e a ratificação das Décima Terceira, Décima Quarta e Décima Quinta Emendas, os estados do Sul implementaram as leis de Jim Crow, que institucionalizaram a segregação racial e a discriminação por quase um século, limitando a liberdade e as oportunidades dos negros no país (Lepore, 2018). Esse sistema de apartheid racial afetou todos os aspectos da vida cotidiana, exigindo a segregação de escolas, parques, bibliotecas, cemitérios, banheiros, transportes, restaurantes e outras instituições públicas e privadas. Além, disso, estabelecia impostos de votação, testes de alfabetização e outras políticas para privar a maioria da população negra de votar (Equal Justice Initiative, 2014).

⁷ O modelo conceitual Polity analisa simultaneamente características democráticas e autocráticas nas instituições governamentais. Ele concebe a autoridade política como um espectro contínuo, que vai de autocracias institucionalizadas, passando por regimes híbridos (anocracias), até democracias consolidadas. O Polity Score quantifica esse espectro em uma escala de -10 (monarquia hereditária) a +10 (democracia consolidada), classificando os regimes em autocracias (-10 a -6), anocracias (-5 a +5) e democracias (+5 a +10) (Center for Systemic Peace, 2021).

⁸ Texto original: “Slavery is dead. [...] The negro is not; there is our misfortune”.

Apesar do sistema de segregação racial formal no país nesse período, os EUA ainda são avaliados como democráticos pelo indicador Polity, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 1 – Notas atribuídas aos Estados Unidos pelo indicador Polity (1865-2020)



Fonte: Elaboração própria com base em Center for Systemic Peace, 2020.

No relatório de 2020, o Center for Systemic Peace apresenta uma análise histórica da política dos Estados Unidos, detalhando a evolução do sistema político desde a colonização até 2020, identificando mudanças de regimes e períodos de estabilidade e instabilidade política. No relatório, se reconhece que, apesar da derrota das forças confederadas ter resultado no fim da escravidão nos Estados Unidos, as divisões políticas decorrentes da escravidão permaneceram e o racismo continuou como legado desse sistema (Center for Systemic Peace, 2020). Assim, apesar de libertos, cerca de quatro milhões de ex-escravizados enfrentavam os desafios de se integrar em uma sociedade que, até pouco tempo, não os considerava cidadãos.

O relatório afirma ainda que até a década de 1960, os direitos civis da população negra eram rotineiramente negados devido à discriminação generalizada (Center for Systemic Peace, 2020a). Entretanto, apesar de reconhecer que a população negra neste período vivia privada de seus direitos e em um ambiente de perseguição, violência e medo; os Estados Unidos recebiam nota 7 no Polity, indicando um nível considerável de democracia institucionalizada embora não uma democracia plena (Center for Systemic Peace, 2020a; Center for Systemic Peace, 2020b).

Segundo o relatório, por volta dos anos de 1872, mesmo com a Décima Terceira Emenda de 1865 que proibiu a escravidão, a população recém liberta se viu muitas vezes sujeito a servidão uma vez que, durante o período de reconstrução, as terras foram devolvidas aos antigos proprietários brancos deixando os ex-escravizados dependentes do sistema de meação que os vinculava à terra sem garantir direitos de propriedade (Center for Systemic Peace, 2020a). Além disso, como forma de garantir força de trabalho necessária para as antigas plantações e obras públicas, foram aprovados os “códigos negros”, como as leis de vadiagem, que permitiam a condenação de negros libertos que não possuíam meios de sustento a trabalhos forçados (Center for Systemic Peace, 2020a). Apesar desses fatos constarem no relatório Polity, os Estados Unidos ainda eram considerados uma democracia com nota 8 sugerindo um sistema político com características fortemente democráticas.

Ainda nesse período em que os Estados Unidos receberam nota 8 no Polity, o próprio relatório do Center for Systemic Peace afirma que o voto das comunidades negras foi ativamente suprimido por meio de intimidação e atos de violência que não se limitava aos estados do sul, embora lá estivessem a maioria dos ex-escravizados (Center for Systemic Peace, 2020a).

Em 1877, período em que os Estados Unidos receberam nota 9 no indicador Polity, os estados do sul haviam implementado as chamadas leis “Jim Crow” que institucionalizaram a segregação racial em todas as instalações públicas e suprimiram o voto dos negros (Center for Systemic Peace, 2020a). Assim, a partir da década de 1870, usou-se táticas violentas de intimidação para reprimir os eleitores negros que continuaram até os anos 1900 (Howard University School of Law, 2023). Nesse período, os brancos que assumiram o controle das legislaturas nos antigos estados confederados, começaram a aprovar leis eleitorais e de registro de eleitores mais restritivas dentro de um processo de segregação racial. Os serviços destinados aos negros eram frequentemente inexistentes ou inferiores aos dos brancos, e, enquanto a segregação era lei no Sul, no Norte ela ocorria por meio de padrões de moradia, discriminação bancária e no trabalho (Howard University School of Law, 2023).

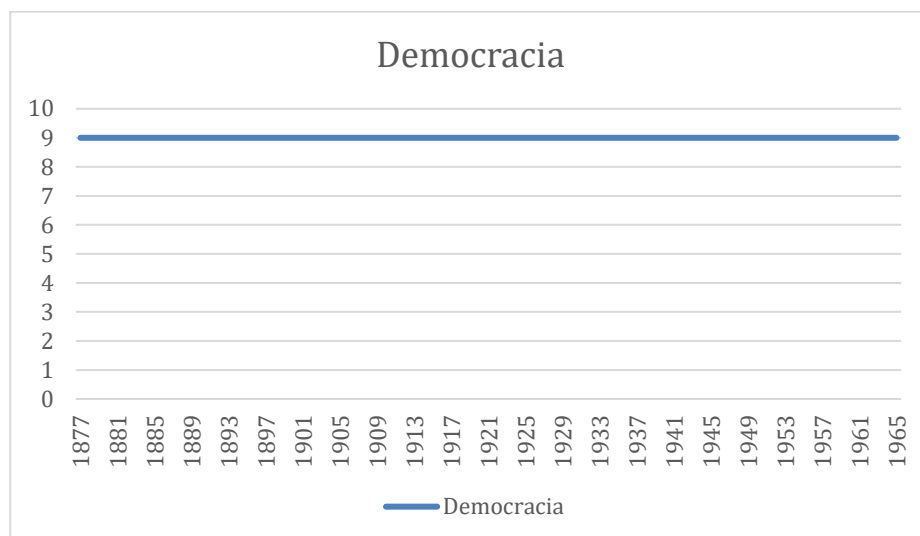
Enquanto vigorava as leis de Jim Crow, houve uma redução drástica no número de eleitores negros registrados para votar no Sul. Além disso, houve uma forte migração desses indivíduos para cidades do norte e do oeste, como Nova York, Chicago e Los Angeles. Na década de 1920, a Ku Klux Klan resurgiu e se espalhou por todo o país. Nesse período, o número de membros da KKK chegava a 4 milhões de pessoas em todo o país (Howard University School of Law, 2025). Os

linchamentos eram uma forma comum de terrorismo praticado contra a população negra nesse período. Em 1955, Emmett Till, um jovem negro de 14 anos foi assassinado por homens brancos após a esposa de um deles, Carolyn Bryant, alegar que Till havia a assediado. Carolyn afirmava que Till havia sido fisicamente agressivo enquanto testemunhas alegam que ele assobiou para ela. Quatro dias depois, Till foi sequestrado, torturado e assassinado. Na ocasião, devido a falta de jurisdição federal quanto às leis de direitos civis em vigor, o FBI não investigou o caso. Roy Bryant, marido de Carolyn, e seu cunhado, John William Milam, foram julgados por um júri exclusivamente branco e absolvidos (US Department of Justice, 2023).

Nesse mesmo período, a decisão do caso *Brown v. Board of Education* (1954) (National Archives, 2025) que declarou inconstitucionais as escolas segregadas, abriu caminho para a inclusão da população negra que outrora foi impedida de frequentar as escolas. Entretanto, sua implementação enfrentou resistência, especialmente no Sul. Em 1960, Ruby Bridges, com apenas seis anos, tornou-se a primeira criança afro-americana a frequentar uma escola primária só para brancos na Louisiana, graças à NAACP, que lutou por sua admissão. Enfrentando protestos intensos, a jovem foi escoltada por U.S. Marshals e passou seu primeiro dia na sala do diretor, enquanto centenas de crianças brancas foram retiradas da escola em protesto (Library of Congress, 2004; National Women's History Museum, 2025).

As restrições remanescentes de “Jim Crow” foram, em geral, desfeitas com a aprovação da Lei de Direitos Civis de 1964 e da Lei de Direitos de Voto de 1965. Entretanto, de 1877 a 1967 os Estados Unidos receberam nota 9 no Polity como pode ser visto no gráfico abaixo. Mostrando assim, que durante todo o período em que a população negra era formalmente segregada e perseguida, os Estados Unidos eram, segundo o indicador Polity, considerados uma democracia praticamente plena.

Figura 2 – Notas atribuídas aos Estados Unidos pelo indicador Polity durante a vigência das leis de Jim Crow (1877-1965)



Fonte: Elaboração própria com base em Center for Systemic Peace, 2020.

Desse modo, a conexão do Center for Systemic Peace e seu indicador Polity com a CIA levanta questões sobre a objetividade e a neutralidade do Polity IV como um indicador de democracia. Devido a sua ligação com a CIA, o Polity IV serve como um instrumento de poder, que reflete e promove os interesses e valores da instituição que o financia, ou seja, do governo estadunidense. Esses indicadores funcionam como instrumentos de hegemonia, consolidando visões de mundo dominantes e agindo como um ato político que molda percepções e legitimações de poder (Gramsci, 2007).

Assim, nota-se que os indicadores de democracia Polity refletem os interesses da classe dominante estadunidense na medida que reproduzem e reforçam o *status quo* e legitimam as políticas tomadas por essa classe servindo como um aparelho privado de hegemonia (Gramsci, 2007). O Polity legitimou a supremacia branca e consolidou uma hierarquia racial, classificando como democrática uma sociedade que formalmente segregava e negava cidadania à população negra durante o período das leis de Jim Crow camuflando, assim, o apartheid formal vivido nos Estados Unidos e apagando a história e a luta da população negra nesse país. As altas pontuações dos EUA no Polity contradizem a realidade da segregação racial e supressão de direitos, revelando a natureza política dos indicadores de democracia. Assim, o Polity projeta uma visão instrumentalizada de democracia que silencia as violações contra a população negra e sustenta o mito dos Estados Unidos como o farol da democracia no mundo.

O indicador Polity revela a aplicação de dois pesos e duas medidas na avaliação da democracia, sugerindo um viés na atribuição de pontuações. Como visto, durante o período das Leis de Jim Crow, os Estados Unidos receberam avaliações elevadas em termos de democracia. Em contraste, a Venezuela, sob o governo de Hugo Chávez (1999-2013), caracterizado por uma orientação política de esquerda e por desafios à ordem estabelecida, obteve sistematicamente notas baixas nos índices de democracia, indicando tendências autoritárias e antidemocráticas. No entanto, durante os governos do Pacto de Punto Fijo (1958-1998), que adotaram políticas alinhadas aos interesses dos Estados Unidos e implementaram medidas neoliberais, a Venezuela recebeu pontuações significativamente mais altas, chegando a alcançar 9 pontos, o que sugeria uma democracia consolidada. Essa discrepância evidencia que os regimes considerados democráticos por esse indicador são aqueles que não desafiam o status quo e garantem a manutenção da hegemonia da classe econômica e política dominante estadunidense, sem comprometer seus privilégios materiais e simbólicos.

A título de comparação, o relatório Polity IV Country Report de 2010 sobre a Venezuela (Center for Systemic Peace, 2010) apresenta uma visão crítica sobre o governo de Hugo Chávez, destacando sua ruptura com o sistema político tradicional e sua crescente concentração de poder. O relatório afirma que, embora eleito democraticamente, Chávez reconfigurou as instituições para enfraquecer a oposição. Além disso, argumenta que suas reformas, como a nacionalização de setores estratégicos, são sinais de um governo autoritário. Segundo o relatório:

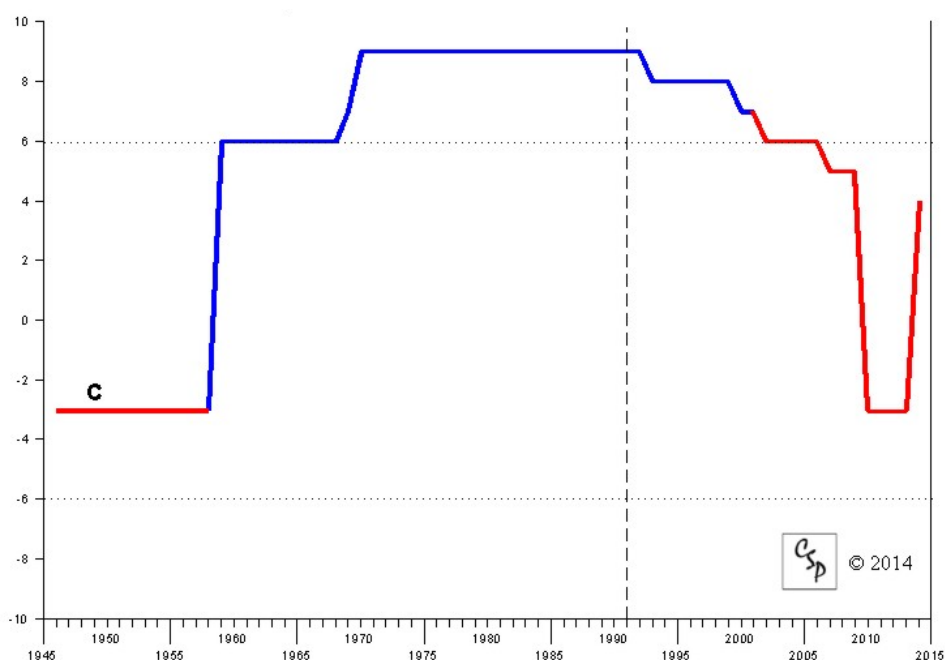
“Após sua reeleição para o cargo em dezembro de 2006, o presidente Chávez intensificou sua campanha para transformar a Venezuela em um estado socialista de partido único. Além de confiscar mais de 300.000 hectares de terra em um esforço para promover seu programa de reforma agrária, Chávez avançou em seus esforços para nacionalizar muitos setores importantes da economia (por exemplo, telecomunicações, energia e bancos)” (Center for Systemic Peace, 2010, s/p, tradução nossa)⁹.

⁹ Texto original: “After his reelection to office in December 2006, President Chavez stepped up his campaign to turn Venezuela in to a one-party socialist state. In addition to seizing over 300,000 hectares of land in an effort to promote his agrarian reform program, Chavez pushed forward on his efforts to nationalize many key sectors of the economy (e.g., telecommunication, energy and banking)”.

Além disso, afirma ainda que o alinhamento com países ‘adversários’ dos Estados Unidos, reforça a ideia de que o chavismo desafiou tanto a elite política venezuelana quanto a ordem geopolítica internacional. Segundo o relatório:

“O tipo de populismo de Chávez irritou especialmente as relações com os Estados Unidos, pois Chávez continua a se relacionar com líderes de regimes dissidentes, como Cuba, Iraque, Irã, Líbia e China. Nos últimos anos, a ‘Revolução dos Pobres’ de Chávez tornou-se cada vez mais militarista por natureza, já que seus partidários organizaram brigadas de cidadãos-soldados em preparação para um ataque ‘iminente’ dos Estados Unidos em solo venezuelano” (Center for Systemic Peace, 2010, s/p, tradução nossa)¹⁰.

Figura 3 – Tendências de autoridade na Venezuela (1946-2013)



Fonte: Polity IV, 2014.

¹⁰ Texto original: “Chávez’s brand of populism has especially rankled relations with the United States as Chávez continues to cavort with the leaders of dissident regimes, such as Cuba, Iraq, Iran, Libya, and China. In recent years Chavez’s “Revolution for the Poor” has become increasingly militaristic in nature as Chavez supporters have organized citizen-soldier brigades in preparation for an “impending” attack on Venezuelan soil by the United States”.

O mesmo ocorreu com Cuba, cuja pontuação nos indicadores Polity refletiu a mesma lógica aplicada à Venezuela. A Revolução Cubana, que se desenvolveu em um contexto de Guerra Fria e sob intensa pressão dos Estados Unidos para o alinhamento da América Latina à sua política externa de combate ao comunismo (Ayerbe, 2004), revelou a capacidade de um grupo de guerrilheiros derrotar um regime repressivo e antipopular, promovendo uma transição socialista acelerada caracterizada pela rápida expropriação das elites econômicas. Apesar da oposição e do boicote sistemático da potência hegemônica global, a revolução consolidou-se por meio do fortalecimento interno e da solidariedade das forças progressistas e dos países socialistas (Ayerbe, 2004). Assim, ao não se alinhar aos interesses estadunidenses, Cuba foi classificada pelos indicadores Polity como um regime autoritário e antidemocrático, evidenciando um critério de avaliação que privilegia governos que não desafiam a ordem geopolítica dominada pela potência do norte.

A análise do Polity IV em relação à democracia nos Estados Unidos evidencia uma desconexão entre os altos índices atribuídos aos países e a realidade histórica de opressão racial, segregação e supressão de direitos da população negra. Desde a escravidão e seu papel central na economia e na política estadunidense até as leis de Jim Crow e a brutal repressão à população negra, observa-se que, mesmo em períodos de clara violação dos princípios democráticos, os Estados Unidos continuaram a ser classificados pelo indicador Polity como uma democracia consolidada. O viés do Polity IV se torna ainda mais evidente ao se analisar a discrepância na avaliação de regimes políticos que desafiam o status quo, como o governo de Hugo Chávez na Venezuela. Isso sugere que o Polity IV não apenas reflete, mas também reforça a hegemonia política e econômica da classe dominante estadunidense, funcionando como um instrumento de legitimação de seu domínio global. Assim, nota-se que a sua concepção de democracia está intrinsecamente vinculada à manutenção da ordem estabelecida e à perpetuação dos interesses de uma elite estadunidense.

Considerações finais

Conclui-se que o indicador de democracia Polity IV funciona como uma ferramenta política para legitimar os interesses da classe dominante dos Estados Unidos, mascarando-se sob uma aparência de neutralidade técnica e científica. Apesar de se apresentar como objetivo, o Polity IV reflete concepções específicas de democracia alinhadas às elites estadunidenses, como evidenciado pelas altas pontuações atribuídas ao país durante o período das Leis de Jim Crow, mesmo com a segregação racial

e a supressão de direitos da população negra. Patrocinado pela Political Instability Task Force e financiado pela CIA, o indicador revela conexões com os interesses do governo dos EUA, levantando dúvidas sobre sua imparcialidade.

Além disso, nota-se que os indicadores como o Polity IV não são neutros, mas servem como instrumentos políticos que legitimam o status quo e constroem consenso ao promover comportamentos alinhados à hegemonia da classe dominante. Dessa forma, atuam como aparelhos privados de hegemonia, servindo para consolidar uma visão de mundo que reforça desigualdades e injustiças, enquanto sustenta a narrativa dos Estados Unidos como bastião global da democracia. Logo, como visto, ao confrontar os números dos indicadores com a realidade concreta, percebeu-se a história dos Estados Unidos, desde sua colonização, é marcada por contradições entre os ideais de liberdade e democracia e a realidade da exploração e da desigualdade.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. 2017. “Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial”. *Dados*, v. 60, p. 505-540.

BHUTA, Nehal; MALITO, Debora; UMBACH, Gaby. 2018. “Introduction: Of numbers and narratives—indicators in global governance and the rise of a reflexive indicator culture”. In: MALITO, Valentina D; UMBACH, Gaby; BHUTA, Nehal (Org.). *The Palgrave Handbook of Indicators in Global Governance*. Switzerland: Springer International Publishing.

BRUM, Luan. 2022. *O poder das ideias e a consolidação dos institutos liberais parceiros da Atlas Network no Brasil: uma análise acerca da ascensão de seus dirigentes no governo Bolsonaro*. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

California Digital Library, 1999. *Harry H. Eckstein, Political Science: Irvine*. Disponível em: <http://texts.cdlib.org/view?docId=hb267nb0r3;NAAN=13030&doc.view=frames&chunk.id=div00015&toc.depth=1&toc.id=&brand=oac4>. Acesso em 18 fev 2025.

Center for Systemic Peace. 2010. *Polity IV Country Report 2010: Venezuela*. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/polity/Venezuela2010.pdf>. Acesso em 20 Fev 2025.

Center for Systemic Peace. 2020a. *Polity 5 Regime Narratives – United States*. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/polity/P5UnitedStates2020.pdf>. Acesso em 09 Jan 2025.

Center for Systemic Peace. 2020b. *Political Regime Characteristics and Transitions 1800-2018 Dataset Users’ Manual*. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/inscr/p4manualv2018.pdf> . Acesso em 09 jan 2025.

Center for Systemic Peace. 2024a. *Our Mission*. Disponível em

- <https://www.systemicpeace.org/mission.html>. Acesso em 02 janeiro 2025.
- Center for Systemic Peace. 2024b. *Polity IV Individual Country Regime Trends, 1946-2013*. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm> . Acesso em 02 janeiro 2025.
- Center for Systemic Peace. 2021. *The Polity Project*. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/polityproject.html> . Acesso em 02 janeiro 2025.
- COOLEY, Alexander; SNYDER, Jack. 2015. *Ranking the world: Grading States as tool of Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COX, Robert. 1981. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. Millenium. v.10, n. 2, p. 126-155.
- DAVIS, Kevin. 2012. *Governance by indicators: Global power through classification and rankings*. Oxford: Oxford University Press.
- DU BOIS, William. 1935. *Black Reconstruction in America: Toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880*. New York: Harcourt, brace and company.
- ECKSTEIN, Harry; GURR, Ted Robert. 1975. *Patterns of authority: A structural basis for political inquiry*. New York: Wiley-Interscience.
- Equal Justice Initiative, 2014. *Jim Crow Laws*. Disponível em: <https://eji.org/news/history-racial-injustice-jim-crow-laws/>. Acesso em 09 Jan 2025.
- Equal Justice Initiative. 2020 *Reconstruction in America: Racial Violence after the Civil War, 1865-1876*. Disponível em: <https://eji.org/report/reconstruction-in-america/the-danger-of-freedom/#organized-terror-and-community-massacres>. Acesso em 07 jan 2024.
- ERKKILÄ, Tero; PIIRONEN, Ossi. 2018. *Rankings and global knowledge governance*. Switzerland: Springer International Publishing.
- GIANNONE, Diego. 2009. "Measuring ICT: Political and Methodological Aspects. In: *Electronic Constitution: Social, Cultural, and Political Implications*". *IGI Global*, p. 189-206.
- GOLINGER, Eva. 2005. *El código Chávez: decifrando la intervencion de los Estados Unidos en Venezuela*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales.
- GRAMSCI, Antonio. 2007. *Cadernos do Cárcere Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HÖGSTRÖM, John. 2013. "Does the choice of democracy measure matter? Comparisons between the two leading democracy indices, Freedom House and Polity IV". *Government and Opposition*, v. 48, n. 2, p. 201-221.
- Howard University. 2023. *A Brief History of Civil Rights in the United States: Jim Crow Era*. Disponível em: <https://library.law.howard.edu/civilrightshistory/blackrights/jimcrow>. Acesso em 07 jan 2025.
- HUBERMAN, Leo. 1978. *História da riqueza nos EUA*. São Paulo: Brasiliense.
- JOHNSON, Adam. 2016. *Vox's CIA-Backed 'Democracy' Standard Is OK With Slavery and Women Not Voting*. Disponível em: Acesso em <https://fair.org/home/voxs-cia-backed-democracy-standard-is-ok-with-slavery-and-women-not-voting/> Acesso 27 Dez 2024.
- LEPORE, Jill. 2018. *Essas verdades: A história da fundação dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Library of Congress. s/a. *Brown v. Board at Fifty: "With an Even Hand"*. Disponível em: <https://www.loc.gov/exhibits/brown/brown-aftermath.html>. Acesso em 10 Jan 2025.

MARQUES, Brenda. 2022. *Two Tails of Nicaragua's Experience with Gender Inequality: The Neoliberal Politics of Measurement and Evaluation on the Global Gender Gap Index Reports (2006-2019)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.

MARSHALL, Monty. 2014a. *Alternative "facts," misinformation, and threats of violence are the principal tools of autocratic authority*. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/>. Acesso em 02 janeiro 2025.

MARSHALL, Monty. 2014b. *Curriculum Vitae*. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/assets/mgmarshallcvmar2014.pdf>. Acesso em 02 janeiro 2025.

MARSHALL, Monty et al. 2002. "Polity IV, 1800-1999: comments on Munck and Verkuilen". *Comparative Political Studies*, v. 35, n. 1, p. 40-45.

MARSHALL, Monty. 2011. "The measurement of democracy and the means of history". *Society*, v. 48, p. 24-35.

MARSHALL, Monty; GURR, Ted. 2017. *Polity IV Project Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2016 Dataset Users' Manual*. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/inscr/p4manualv2016.pdf>. Acesso em 03 Janeiro 2025.

MCC. 2024. *MCC Effect*. Disponível em: <https://www.mcc.gov/who-we-select/mcc-effect/>. Acesso em 27 Dez 2024.

MERRY, Sally. 2015. *The Quiet Power of Indicators*. New York: Cambridge University Press.

National Archives. 2025a. *Dred Scott v. Sandford (1857)*. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/dred-scott-v-sandford#:~:text=In%20this%20ruling%2C%20the%20U.S.,slavery%20from%20a%20Federal%20territory..> Acesso em 08 jan 2025.

National Archives. 2025b. *Brown v. Board of Education (1954)*. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/brown-v-board-of-education>. Acesso em 10 Jan 2025.

National Women's History Museum. 2024. *Ruby Bridges*. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/ruby-bridges>. Acesso em 10 Jan 2025.

PEREIRA, Giovanna. A atuação da freedom house na desestabilização do Governo Hugo Chávez na Venezuela. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PETRAS, James. 1997. "Imperialism and NGOs in Latin America". *Monthly Review*, v.49, n.7.

PORTER, Theodore. 1995. *Trust in Numbers*. Princeton: Princeton University.

ROBINSON, William. 2007. Democracy or Polyarchy?. NACLA Report on the Americas, 32- 35.

SCHRODT, Philip; ULFELDER, Jay. 2016. *Political Instability Task Force Atrocities Event Data Collection Codebook*. Disponível em: https://eventdata.parusanalytics.com/data.dir/PITF_Atrocities.codebook.1.1B1.pdf. Acesso em 02 janeiro 2025.

SCHUETH, Sam. 2015 Winning the rankings game: The Republic of Georgia, USAID, and the Doing Business Project. In: COOLEY

Alexander, SNYDER Jack, eds. *Ranking the World: Grading States as a Tool of Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 151-177.

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. 2015. "Audit Culture Revisited: Rankings, Ratings and the Reassembling of Society". *Current Anthropology*. 56(3), pp. 421-444.

TRELEASE, Allen. 1995. *White terror: The Ku Klux Klan conspiracy and southern reconstruction*. Louisiana: Louisiana State University Press.

URIBE, Maria Angelica. 2012. "Development Through Data? A Case Study on the World Bank's Performance Indicators and Their Impact on Development in the Global South". *IRPA Research Paper*, n. 5.

US Department of Justice. 2023. *Emmett Till*. Disponível em: <https://www.justice.gov/crt/case/emmett-till-0> Acesso em 10 Jan 2025.

USAID, United States Agency for International Development. 2002. *Performance and Accountability Report FY 2002*. Disponível em: https://web.archive.org/web/20130221232508/https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDABY087.pdf Acesso em 27 Dez 2024.

* Este conteúdo não reflete, necessariamente, a opinião do OPEU, ou do INCT-INEU.

** Sobre o OPEU, ou para contribuir com artigos, entrar em contato com a editora-chefe do OPEU, Tatiana Teixeira, no email: tatianat19@hotmail.com. Sobre as nossas *newsletters*, para atendimento à imprensa, ou outros assuntos, entrar em contato com Tatiana Carlotti, no email: tcarlotti@gmail.com.

Assine nossa [Newsletter](#) e receba o conteúdo do OPEU por e-mail.

Siga o [OPEU](#) no [Instagram](#), [Twitter](#), [Linkedin](#) e [Facebook](#)

e acompanhe nossas postagens diárias.

Comente, compartilhe, envie sugestões,
faça parte da nossa comunidade.

Somos um observatório de pesquisa sobre os Estados Unidos,
com conteúdo semanal e gratuito, sem fins lucrativos.



OBSERVATÓRIO POLÍTICO
DOS ESTADOS UNIDOS



INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES
ON THE UNITED STATES